

MOÇÃO DE APOIO AO PROF. MARCOS SORRENTINO.

O Programa de Pós Graduação em Geografia Humana (PPGH-USP) e o Conselho do Departamento de Geografia manifestam apoio ao Prof. Marcos Sorrentino e a preocupação com a abertura de uma sindicância envolvendo o professor em função da participação do laboratório por ele coordenado em uma Jornada Universitária em Apoio à Reforma Agrária.

A reforma agrária é um problema de desenvolvimento nacional, reconhecido como tal e exigindo esforços do Estado brasileiro desde, pelo menos, 1946, quando aparece pela primeira vez na Constituição. Tal compreensão foi reafirmada e sacramentada em diversas outras versões da Carta Magna assim como nos anos 1970, com a criação do INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que tem como “missão prioritária” “executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional”, constante ainda no Capítulo III da atual Constituição Federal, que trata da *Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária*.

É parte da missão da Universidade formar para a cidadania e intervir nos problemas da sociedade brasileira numa perspectiva de interesse público e visando à diminuição da desigualdade social. Nesse sentido, a parceria com movimentos sociais em atividades de extensão, de formação e de pesquisa aparece como parte do trabalho realizado na universidade e tem sido uma constante desde a recuperação democrática no país. Tanto o INCRA quanto diversas universidades no Brasil mantêm parcerias e ações conjuntas com movimentos de trabalhadores rurais, sobretudo no plano da educação. Basta observar, entre inúmeras outras, a ativa participação de várias universidades no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) - que desde a sua criação em 1998 já atendeu cerca de 180 mil alunos em áreas de reforma agrária - e em ações como a cooperação universitária com a Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST, um de cujos exemplos é o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e no Caribe, da UNESP, promovido pela UNESCO e em convênio com essa escola.

Em consonância com essa perspectiva, muitos de nossos docentes e discentes da pós-graduação e da graduação têm desenvolvido atividades de pesquisa e extensão com os movimentos sociais do campo, incluindo o MST.

O PPGH e o Conselho do Departamento de Geografia defendem a importância de atividades acadêmicas desta natureza e veem com grande preocupação medidas institucionais que representem o cerceamento ao debate e à reflexão sobre questões relevantes para a sociedade brasileira.

Pelos motivos elencados, O PPGH e o Conselho de Departamento de Geografia posicionam-se contrariamente à realização de uma sindicância que coloca em lugar de suspeita uma atividade acadêmica pela sua relação com a reforma agrária e/ou pela colaboração de movimentos sociais.